

PROJETO DE LEI Nº 020 DE 03 DE JUNHO DE 2025

“DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RELATÓRIO DA REAVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2025 – DATA FOCAL 31/12/2024, MANTÉM O CUSTO NORMAL E MODIFICA O PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, CUSTEADOS PELO ENTE FEDERATIVO, CONFORME DIRETRIZES EMANADAS PELA PORTARIA MTP 1.467/2022 E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, encaminha à Câmara Municipal para apreciação e votação o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - A contribuição previdenciária de responsabilidade dos servidores ativos, relativa ao custo normal dos benefícios previdenciários, necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora do RPPS será de 14,00% (quatorze por cento), incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos.

§ 1º - A contribuição previdenciária mencionada no caput incidirá sobre a parcela de proventos de aposentados e pensionistas que exceder o limite estabelecido para o teto dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - A contribuição previdenciária de responsabilidade dos aposentados e pensionistas, relativa ao custo normal dos benefícios previdenciários, necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora do RPPS será de 14,00% (quatorze por cento), incidente sobre a parcela dos proventos concedidos pelo RPPS que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.

Art. 3º. A contribuição previdenciária de responsabilidade do ente relativa ao custo normal dos benefícios previdenciários e ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora do RPPS será de 17,60% (Dezessete inteiros e sessenta centésimos por cento), incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos, compreendendo:

I - A alíquota de custo normal de 17,60% (Dezessete inteiros e sessenta centésimos por cento) refere-se à:

a) 14,00% (quatorze inteiros centésimos por cento) destinada ao custeio dos benefícios previdenciários; e

b) 3,60% (três inteiros e sessenta centésimos por cento) destinada ao custeio das despesas correntes e de capital necessários à organização e financiamento da unidade gestora do RPPS;

Art. 4º- Fica instituído o plano de amortização através de aportes mensais devidas pelo Município, com valores preestabelecidos, destinado ao equacionamento do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Parágrafo único. O déficit técnico atuarial a ser equacionado corresponde ao valor de R\$ 12.077.758,73 (Doze milhões, setenta e sete mil, setecentos e cinquenta e oito reais e setenta e três centavos), conforme apontado no Relatório de Avaliação Atuarial do exercício de 2025 com data focal de 31 de dezembro de 2024.

Art. 5º. Os aportes mensais do plano de amortização serão repassados mensalmente pelo Município ao RPPS da seguinte forma:

I - O do exercício de 2025, a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da publicação desta lei, devendo ser pago mensalmente, *pro rata*, e integralmente quitado até 31 de dezembro daquele ano; e

II - Dos demais exercícios, a partir de 1º de janeiro de cada ano, devendo ser pagos mensalmente à razão de 1/12.

§ 1º - Aos aportes de que trata esta Lei não se aplica a anterioridade nonagesimal, conforme dispõe o art. 56, *caput*, inciso III, da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022.

Art. 6º. O prazo para o repasse mensal das contribuições do Custo Normal e do Plano de Amortização de que trata esta Lei e os critérios aplicáveis para os recolhimentos em atraso são os mesmos previstos na lei que dispõe sobre as contribuições normais do RPPS.

Art. 7º. Caso a próxima reavaliação atuarial anual indique a necessidade de alteração das contribuições suplementares aqui instituídas, o novo plano de amortização deverá ser estabelecido em lei, após a sua apreciação pelo Conselho Curador do RPPS.

Parágrafo único. As contribuições de que trata esta Lei não poderão ser alteradas com efeitos retroativos, conforme dispõe o art. 9º, *caput*, inciso III, da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022.

Art. 8º - Fica homologado os resultados do Relatório da Reavaliação Atuarial nº 2.175/2025 - data focal 31/12/2024, realizada em 30 de janeiro de 2025.

Art. 9º - Revoga-se neste ato, a Lei Municipal nº 847 de 19 de abril de 2024.

Art. 10- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso,
aos 03 de junho de 2025.

JULIANO BERTICELLI

Prefeito Municipal

ANEXO I
TABELA DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

PERÍODO	ANO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	APORTE ANUAL (12 Parcelas mensais)
0		(12.077.758,73)			
1	2025	(11.839.071,91)	238.686,82	624.420,13	863.106,95
2	2026	(11.578.941,55)	260.130,36	612.080,02	872.210,37
3	2027	(11.295.641,47)	283.300,08	598.631,28	881.931,36
4	2028	(10.987.289,91)	308.351,56	583.984,66	892.336,23
5	2029	(10.670.783,45)	316.506,46	568.042,89	884.549,35
6	2030	(10.346.220,28)	324.563,16	551.679,50	876.242,67
7	2031	(10.013.703,56)	332.516,72	534.899,59	867.416,31
8	2032	(9.673.341,37)	340.362,19	517.708,47	858.070,67
9	2033	(9.325.246,72)	348.094,66	500.111,75	848.206,40
10	2034	(8.969.537,51)	355.709,21	482.115,26	837.824,46
11	2035	(8.606.336,55)	363.200,96	463.725,09	826.926,05
12	2036	(8.235.771,49)	370.565,06	444.947,60	815.512,66
13	2037	(7.857.974,82)	377.796,67	425.789,39	803.586,06
14	2038	(7.473.083,83)	384.890,99	406.257,30	791.148,29
15	2039	(7.081.240,57)	391.843,26	386.358,43	778.201,69
16	2040	(6.682.591,84)	398.648,73	366.100,14	764.748,87
17	2041	(6.277.289,12)	405.302,72	345.490,00	750.792,72
18	2042	(5.865.488,56)	411.800,56	324.535,85	736.336,41
19	2043	(5.447.350,92)	418.137,64	303.245,76	721.383,40
20	2044	(5.023.041,52)	424.309,40	281.628,04	705.937,44
21	2045	(4.592.730,20)	430.311,32	259.691,25	690.002,57
22	2046	(4.156.591,26)	436.138,93	237.444,15	673.583,09
23	2047	(3.714.803,44)	441.787,83	214.895,77	656.683,60
24	2048	(3.267.549,79)	447.253,65	192.055,34	639.308,99
25	2049	(2.815.017,68)	452.532,10	168.932,32	621.464,43
26	2050	(2.357.398,72)	457.618,96	145.536,41	603.155,37
27	2051	(1.894.888,68)	462.510,04	121.877,51	584.387,56
28	2052	(1.427.687,42)	467.201,26	97.965,74	565.167,01
29	2053	(955.998,84)	471.688,58	73.811,44	545.500,02
30	2054	(480.030,78)	475.968,05	49.425,14	525.393,19
31	2055	5,00	480.035,78	24.817,59	504.853,38
32	2056	-	-	-	-
33	2057	-	-	-	-
34	2058	-	-	-	-
35	2059	-	-	-	-

*O aporte anual é a montante de 12 (doze) parcelas mensais.

ANEXO II
TABELA DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL / POR APOORTE
FINANCEIRO

SEPARADA POR ORGÃO/ENTIDADE

PERÍO DO	ANO	APOORTE ANUAL (12 Parcelas mensais)	Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte	Camara Municipal de Ipiranga do Norte	SAAE-Serviço Autônomo de Água e Esgoto
0					
1	2025	863.106,95	816.106,07	34.182,45	12.818,42
2	2026	872.210,37	827.918,44	23.849,50	20.442,43
3	2027	881.931,36	837.145,78	24.115,31	20.670,27
4	2028	892.336,23	847.022,28	24.399,82	20.914,13
5	2029	884.549,35	839.630,83	24.186,90	20.731,63
6	2030	876.242,67	831.745,97	23.959,76	20.536,94
7	2031	867.416,31	823.367,82	23.718,41	20.330,07
8	2032	858.070,67	814.496,77	23.462,87	20.111,03
9	2033	848.206,40	805.133,42	23.193,14	19.879,84
10	2034	837.824,46	795.278,69	22.909,26	19.636,51
11	2035	826.926,05	784.933,71	22.611,26	19.381,08
12	2036	815.512,66	774.099,91	22.299,17	19.113,58
13	2037	803.586,06	762.778,95	21.973,06	18.834,05
14	2038	791.148,29	750.972,79	21.632,96	18.542,54
15	2039	778.201,69	738.683,64	21.278,95	18.239,10
16	2040	764.748,87	725.913,97	20.911,10	17.923,80
17	2041	750.792,72	712.666,52	20.529,49	17.596,70
18	2042	736.336,41	698.944,32	20.134,20	17.257,88
19	2043	721.383,40	684.750,65	19.725,33	16.907,42
20	2044	705.937,44	670.089,06	19.302,98	16.545,41
21	2045	690.002,57	654.963,38	18.867,26	16.171,94
22	2046	673.583,09	639.377,69	18.418,29	15.787,10
23	2047	656.683,60	623.336,38	17.956,19	15.391,02
24	2048	639.308,99	606.844,08	17.481,11	14.983,80
25	2049	621.464,43	589.905,69	16.993,17	14.565,57
26	2050	603.155,37	572.526,39	16.492,53	14.136,45
27	2051	584.387,56	554.711,63	15.979,35	13.696,58
28	2052	565.167,01	536.467,12	15.453,79	13.246,10
29	2053	545.500,02	517.798,85	14.916,02	12.785,16
30	2054	525.393,19	498.713,07	14.366,22	12.313,90
31	2055	504.853,38	479.216,29	13.804,58	11.832,50
32	2056	-	-	-	-
33	2057	-	-	-	-
34	2058	-	-	-	-
35	2059	-	-	-	-

MENSAGEM JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI Nº 020/2025

Senhora Presidente,

Senhores Vereadores e vereadora,

Cumpre-me através do presente encaminhar a esta Augusta Casa de Leis, o Projeto de Lei n.º 020/2025, de 03 de junho de 2025 que Dispõe sobre a homologação do Relatório da Reavaliação Atuarial de 2025, fixa o plano de amortização do Déficit Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social custeado pelo Ente Federativo, conforme diretrizes emanadas pela Portaria MTP nº 1.467, de 02 junho de 2022 e dá outras providências, para a devida apreciação e deliberação pelo soberano plenário deste parlamento.

O projeto de lei epigrafado tem por escopo a homologação da reavaliação anual obrigatória por força de lei, e a implementação dos reflexos obtidos no custo suplementar do plano de amortização do déficit atuarial, conforme o Resultado da Reavaliação atuarial de 2025, com data focal de 31/12/2024.

Cumpre ressaltar que a matéria tratada na minuta, ora submetida para deliberação do plenário, requer atenção especial haja vista sua importância e observação de cumprimento de prazo para homologação do estudo atuarial estabelecido na legislação federal, portanto, solicita-se que a sua tramitação ocorra em REGIME DE URGÊNCIA ESPECIAL, e desde já conto com o apoio dos Nobres Edis na aprovação desta minuta.

JULIANO BERTICELLI
PREFEITO MUNICIPAL